



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

***ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
VINTE DE DEZEMBRO***

Acta nº 5/2023

No dia vinte do mês de dezembro de dois mil e vinte e três teve lugar a 5ª Sessão Ordinária de 2023, realizada na Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*
- *Grupos Políticos*

2. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 da Câmara Municipal de Coimbra

Direito de Oposição ao Abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à proposta de Orçamento e GOP para 2024 – Relatório Síntese Conhecimento

- *Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia*
- *Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)*
- *Mapa de Pessoal para o ano de 2024*

3. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

- *Mapa de Pessoal para o ano de 2024*

4. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 4 de 2023

5. Proposta de alteração dos estatutos da AC, Águas de Coimbra E.M.

Relatório económico-financeiro do 1.º Semestre de 2023 – Águas de Coimbra, E.M. Conhecimento

6. Proposta de Contrato-Programa para delegação de competências com a PRODESO, Empresa Municipal, E.M., Lda.

7. Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativas ao ano de 2023, a aplicar na liquidação e cobrança em 2024 – Atualização

8. Designar o júri do Procedimento de recrutamento e seleção do cargo de Chefe da Divisão de Equipamentos e Manutenção dos SMTUC



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

9. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para 2024 a 2025

Relatório de Execução e Plano de Calendarização de julho a setembro de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias Conhecimento

9.1. Freguesia de Santo António dos Olivais

9.2. União das Freguesias de Coimbra

9.3. União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

10. Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas Conhecimento

11. Proposta de alteração do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra

12. Regulamento Municipal de Proteção de Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local

13. Designação de um Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva de acompanhamento ao procedimento de elaboração da 2ª Revisão ao Plano Diretor Municipal

14. Atas da 2ª Sessão Ordinária de 2023, de 20 de abril e 1ª Sessão Extraordinária de 2023, de 29 de junho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Assembleia Municipal

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Vítor Parola, Tiago Bolhão, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia, António Vilhena, Ramiro Simões, Elisabete Lemos e Jorge Fernandes.

Eleitos por inerência

Jaime Silva, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso e Horácio Costa.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos diretos

Lídia Pereira, Graça Oliveira, Carlos Figueiredo, Paulo Lopes, Teresa Gaspar e Ana Neto.

Eleitos por Inerência

Diogo Fagundes, António Teodoro, João Campos, Luís Correia e José Simão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo e Luísa Silva.

Eleitos por Inerência

Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos

Lúcia Ferraz, Carlos Nunes da Silva, Lara Martins e Rui Rodrigues.

Eleitos por Inerência

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho e José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos diretos

João Malva e Anabela Azul.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do Chega

Fernando Duque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, Regina Bento, José Dias, Hernâni Caniço e Rosa Cruz.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Marinho, que foi secretariado por Lúcia Santos, como Primeira Secretária, e Paulo Cardoso como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do nº 1 do artigo do 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015, bem como nos termos do nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, do seguinte preenchimento de vagas:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

O Deputado Municipal **Luís Silva** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Ramiro Santos**.

O Deputado Municipal **David Silva** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos**.

A Deputada Municipal **Ana Janelas** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Jorge Fernandes**.

O Deputado Municipal **António Coelho** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Jaime Silva**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

A Deputada Municipal **Susana Magnólia** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Teresa Gaspar**.

O Deputado Municipal **Martim Syder** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Diogo Rodrigues**.

O Deputado Municipal **Diogo Rodrigues** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Ana Neto**.

O Deputado Municipal **Francisco Rodeiro** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Diogo Fagundes**.

Grupo Municipal Cidadãos por Coimbra (CpC)

A Deputada Municipal **Graça Simões** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Serafim Duarte**.

O Deputado Municipal **Serafim Duarte** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Anabela Azul**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Todas as substituições foram efetuadas nos termos do nº 1, artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, bem como nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal.

I-ABERTURA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Constatou a existência de *Quórum* e colocou à consideração da Assembleia a Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída, agora, com a apresentação de um ponto suplementar objeto da adenda divulgada. Face à inexistência de objeções, acrescentou o *Ponto 8.1.* e declarou a Ordem de Trabalhos *aprovada*.

Propôs, em substituição da 1ª Secretária, a Deputada Lúcia Santos para completar o quadro legal de constituição da *Mesa da Assembleia*.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção da Deputada Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 05:07 a 11:35 minutos - 1ª gravação\)](#)

Alertou para a perda da biodiversidade, imputando culpa a todos os cidadãos. Avançou que a Câmara Municipal tinha um processo subido pela Cimpor para instalação de uma central fotovoltaica na Serra do Ilhastro onde se situam habitats para preservação da fauna e flora incluindo a preservação de habitats zonas especiais de implantadas em terrenos calcários.

Mencionou o projeto aprovado e financiado em abril de 2022 para criação de rotas turísticas, incluindo a Rota das Orquídeas e da Pedra e da Água.

Adiantou que a Câmara Municipal tinha solicitado às Uniões de Freguesias de Souselas e Botão e à Freguesia de Brasfemes parecer sobre a referida Central Fotovoltaica, tendo a freguesia de Brasfemes apresentado parecer negativo que não impediu a invasão do planalto pela Cimpor “*tendo consumado um atentado difícil de qualificar*”.

Questionou o sentido do parecer da Câmara, avançando que a atuação da Cimpor foi reveladora “*não agiu de boa-fé e consequentemente deve ser penalizada*”.

Lembrou o parecer de José Manuel Silva relativamente à central fotovoltaica de Cernache, instando que o caso merecia igual entendimento para evitar ser considerado “*conivente com o crime*”.

Entregou ao Presidente da Câmara e aos Jornalistas fotografias ilustrativas da situação relatada.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH) [\(áudio 12:02 a 13:15 minutos - 1ª gravação\)](#)

Condenou, veementemente, o ataque terrorista do Hamas, no dia 7 de outubro a centenas de inocentes civis, jovens, crianças e idosos. Depois desse vil ataque, mais de 10 mil rockets lançados, sem qualquer objetivo a não ser matar o povo israelita.

Parabenizou a Comissão de Organização das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, pela sua importância histórica e política na cidade, da Universidade e do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Jorge Veloso (PS) [\(áudio 13:43 a 21:14 minutos - 1ª gravação\)](#)

Esclareceu que estava de acordo com a estação intermodal digna da cidade de Coimbra, no entanto contestou a requalificação “feita à custa de 63 famílias”.

Lembrou que a linha de alta velocidade, no ano de 2009/2010, tinha um valor semelhante ao valor apresentado passados 14, indicando que o investimento subestimado em mais de 3mil milhões e o retorno inflacionado constituíam os principais erros de investimentos públicos em Portugal.

Referiu o desvio do traçado do ramal principal em aproximação à cidade « de Coimbra, questionando a razão pela qual se direccionava para Sul e não para Norte, de forma a atravessar os campos do Mondego e eliminando unicamente duas habitações.

Criticou a configuração da travessia em diagonal em Ribeira de Frades por cima do nó da A1, assente numa carta topográfica de 2012.

Afirmou novamente a importância da requalificação da Estação de Coimbra B, advertindo para a necessidade de diminuição dos impactos nas habitações e apelando a reuniões da Câmara Municipal com as populações e com a participação do grupo de trabalho previsto para o efeito.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 21:35 a 24:28 minutos - 1ª gravação\)](#)

Perguntou se o aumento da fatura de água e saneamento a partir de 2024 era inevitável e passou a explicar que acrescendo ao aumento da água em 2023, a maioria do Executivo aprovou aumentos para 2024, na ordem dos 5,34%, na sequência das recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), empresa fornecedora da Águas de Coimbra. Foi, também, por maioria, aprovada a atualização do tarifário de resíduos urbanos em Coimbra para 2024, que vai aumentar cerca de 47%, desta vez na sequência dos aumentos efectuados pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro.

Esclareceu que os aumentos aprovados, ambos com o voto contra da CDU, representam um acréscimo de 2,5 euros na fatura mensal de água e de 1,64€ no valor final da fatura, no que respeita aos resíduos (valores respeitantes ao consumo médio do concelho).

Referiu que as alegações da maioria que aprova os aumentos se prendem com os aumentos impostos pelas empresas que controlam estes serviços e contrapôs que estas empresas são tuteladas pelo estado e respondem às orientações do Governo. Explicou que, assim, os aumentos correspondem não a uma inevitabilidade, mas sim a opções políticas determinadas pelo governo, com o apoio implícito do PS, PSD e partidos apensos à sua governação.

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) [\(áudio 24:55 a 30:13 minutos - 1ª gravação\)](#)

Afirmou que foi por respeito pelos cidadãos de Coimbra que as obras tiveram de avançar em simultâneo e reduzir o tempo de obra, diminuir custos e porque, ponderados os riscos do adiamento, o potencial de perturbação da vida dos residentes era significativamente superior aos atuais constrangimentos.

Assinalou algumas melhorias para breve, com a abertura de uma via do tabuleiro inferior da ponte açude, permitindo aligeirar um pouco as dificuldades na Casa do Sal e prevendo-se que, antes do próximo Verão, a Baixa e a beira rio possam estar transitáveis sem constrangimentos. Reforçou que, como é do conhecimento público, a responsabilidade pelas obras do MetroBus não é da Câmara Municipal. Apelou, por fim, à colaboração construtiva do PS para o benefício de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Tiago Bolhão (PS) [\(áudio 30:30 a 32:51 minutos - 1ª gravação\)](#)

Declarou, em nome do PS, “*não concordamos com a ausência inexplicável*” da Associação Académica de Coimbra da comissão designada pela Câmara Municipal de Coimbra para comemoração dos 50 anos do 25 de abril.

Afirmou que a Associação Académica de Coimbra é uma das instituições ímpar e que mais contribuiu para o combate contra o fascismo em Portugal, desencadeando ações de extrema relevância como a crise académica de 1962 e 1969.

Instou que a AAC não pode ser excluída em nome da memória coletiva, enquanto associação das mais antigas de Portugal e da Europa, com uma marca indelével na história do município e do país.

Referiu que ainda é possível corrigir a decisão e reconhecer o papel insubstituível da comunidade estudantil na construção democrática, assim como um dos patrimónios históricos mais valiosos de Coimbra.

Intervenção da Deputada Municipal Maria Ângela Pinto Correia (PS) [\(áudio 33:14 a 36:10 minutos - 1ª gravação\)](#)

Remeteu para o ano de 2019 e para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, no âmbito do qual tinha começado a empreitada Largo do Mosteiro Santa Clara a Nova, Calçada de Santa Isabel e escadas da Nossa Senhora da Esperança no valor de 630 mil euros e cujos trabalhos registaram vários problemas arqueológicos e ao nível da dinâmica dos mesmos.

Lembrou que a 16 de maio tinham começado uns condicionamentos de trânsito impedindo a visita ao Mosteiro Rainha Santa Isabel, sendo que a zona envolvente ao mosteiro está gravemente prejudicada pelo alongar das obras sem previsão de conclusão.

Acrescentou que em 2024 ocorriam as festas da Padroeira de Coimbra e solicitou, por isso, informação sobre o processo de empreitada.

Intervenção da Deputada Municipal Luísa Silva (CDU) [\(áudio 36:26 a 38:24 minutos - 1ª gravação\)](#)

Relatou o caso dos trabalhadores de uma empresa da Pedrulha que se encontram muito preocupados com o seu futuro, a empresa espera a autorização de licenciamento para a extensão da fábrica no antigo terreno do da Pedrulha que os serviços municipais continuam a não viabilizar a não viabilização do projeto poderá pôr em causa 180 postos de trabalho, pois a não extensão da fábrica pode obrigar à sua deslocalização para outra cidade

Questionou, atendendo à “*via verde do licenciamento*” e rapidez neste tipo de projetos, o que responde a Câmara aos trabalhadores com postos de trabalho em risco.

Avançou que a CDU acompanhará a questão e responsabilizará quem de direito em situações de despedimento.

Saudou os trabalhadores dos SMTUC pela greve “*em nome da defesa do serviço público*”, pelo gozo de folgas e dias de férias, pela atribuição de nota do SIADAP que devia estar pronta me abril, pela melhoria das condições de trabalho. Perguntando, a propósito, pelo cumprimento do contrato para reparar o Ar Condicionado dos autocarros.

Intervenção da Deputada Municipal Lídia Pereira (PSD) [\(áudio 38:55 a 45:49 minutos - 1ª gravação\)](#)

Sugeriu uma reflexão, com a abertura do novo ciclo político, relativamente à desresponsabilização do Governo, sobretudo no que concerne à descentralização. Concretizou com o processo de descentralização da Educação, efetivada em janeiro de 2021, sendo o estado das escolas muito deficitário e com necessidade de muitas intervenções, de fundo e urgentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lembrou que a verba transferida em 2022 e 2023 provou ser manifestamente insuficiente, incapacitando a Câmara Municipal de responder, com qualidade, às atribuições conferidas pelo governo.

Explicou que desde outubro de 2021, tinha sido possível adicionar as escolas Jaime Cortesão e D. Duarte às escolas José Falcão e Alice Gouveia, identificadas como prioritárias num acordo entre a ANMP e o Governo. Que tinham avançado com o projeto de arquitetura para a Escola Eugénio de Castro e com o Contrato Interadministrativo de cooperação com a Universidade de Coimbra para elaboração do projeto de reabilitação da Escola José Falcão e foram, ainda, elaborados projetos para a Escola Básica da Conchada, de Eiras e de Santa Apolónia.

Instou na publicação do acordo assinado em julho de 2022 pelo governo e pela ANMP para candidatura às obras de reabilitação que serão comparticipadas a 100% pelo PRR, PT2020, Banco Europeu de Investimento entre outras fontes de financiamento.

Intervenção do Deputado Municipal Juvenal Sousa (PS) [\(áudio 46:14 a 54:44 minutos - 1ª gravação\)](#)

Referiu que o Mercado de Natal, habitualmente organizado pela União de Freguesias de Coimbra, trazido para a Praça Velha em 2022 na perspetiva da revitalização da Baixa, este ano tinha sido “*trocado*” pelo *Magic Land*, a decorrer no Parque Verde. No entanto, os comerciantes da cidade, não aceitando, decidiram avançar com o Mercado de Natal na Praça do Comércio, sendo que o Presidente da União de Freguesias de Coimbra alegou desconhecimento da existência de programação de Natal para a Baixa.

Lamentou, em nome do Partido Socialista, a enorme e constante instabilidade criada no projeto do Convento São Francisco, em especial nas respetivas equipas, imputando a culpa ao “*Senhor Vereador da Cultura desta Câmara: Primeiro, porque lhe compete a implementação de uma visão e de uma estratégia, para esta tão relevante área de Coimbra, (...) Segundo, porque o titular desta pasta dever ser o protetor da identidade coletiva no Município, participando, ao mesmo tempo, na sua imprescindível evolução. E terceiro, devido às escolhas imperiosas das melhores pessoas para o acompanharem nesta missão, nas mais variadas posições, constituindo sempre um reflexo do seu pensamento e da ação que pretende executar*”.

Enunciou a não apresentação de um novo modelo de gestão para o Convento São Francisco, o abandono à criação de um programa de apoio à cultura, a revogação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural, os atrasos nos pagamentos às entidades candidatas ao associativismo cultural; a transformação da Casa da Escrita em Casa da Cidadania da Língua e questionou “*o que mais precisa de acontecer para o Senhor Vereador da Cultura transferir a pasta para outro edil, com mais disponibilidade e capacidade (...)?*”

Intervenção do Deputado Municipal António Vilhena (PS) [\(áudio 52:06 a 56:23 minutos - 1ª gravação\)](#)

Refletiu sobre “*pedir a palavra*” e as comemorações dos 50 anos do 25 de abril, responsabilizando a coligação Juntos Somos Coimbra pela exclusão da Associação Académica de Coimbra da Comissão Municipal.

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC) [\(áudio 56:45 a 02:56 minutos - 1ª e 2ª gravação\)](#)

Reconheceu que não tem sido fácil viver em Coimbra devido ao trânsito e às filas intermináveis, mas lembrou a importância do Metro para melhorar e tornar mais sustentável, mais verde, a mobilidade dentro da cidade e do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Adiantou que além das obras do Metro, em toda a cidade, que envolvem a Infraestruturas de Portugal, existem, também em curso, intervenções da empresa municipal Águas de Coimbra e das Águas do Centro Litoral, que estão a aproveitar esta intervenção para modernizar e reabilitar as degradadas, e subdimensionadas, infraestruturas subterrâneas em Coimbra.

Afirmou que o turismo, sector claramente subaproveitado, é verdadeiramente um setor para o desenvolvimento sustentável das cidades e que, para isso, a cidade deve estar preparada desenvolvida e modernizada. Nomeadamente nas áreas do urbanismo, da mobilidade e dos transportes, aposta espelhada no orçamento e nas GOP's a votar.

Sugeriu o recurso ao apoio da polícia para orientar a circulação em algumas zonas mais críticas e semaforizar alguns locais e, inclusive, progressivamente introduzir sistemas inteligentes de semáforos, com sensores, que possam ajustar a programação dos tempos, ou mesmo circuitos centralizados. Neste caso, apesar do necessário investimento, em infraestrutura e em manutenção, seria um investimento para o futuro, para afirmar Coimbra na senda da *smart city*.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Soares (NC) [\(áudio 03:18 a 06:11 minutos - 2ª gravação\)](#)

Esclareceu que desde 2013 “*em Souselas e Botão mandam os que lá estão*” e que tudo é decidido em benefício da população. Acrescentou que a multinacional que pretendia sediar-se em Souselas diligenciou previamente o estudo de ruído e vibrações, qualidade dos solos e do ar.

Saudou a postura de diálogo da Câmara Municipal e preveniu que a Câmara ia solicitar à Cimpor que refizesse a implantação dos painéis fotovoltaicos que reduzia em cerca de 10 % as emissões de CO₂.

III-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

Sugeriu que lessem a posição, publica, que assumiu enquanto Vereador da oposição sobre a Central Fotovoltaica de Cernache, 6 vezes superior àquela que se insere na Serra do Ilhastro. Explicou que, desde logo, era a dimensão exagerada e o respetivo impacto no ambiente, além do incumprimento da lei que levaram a formular o parecer negativo, apesar do reconhecimento da importância da energia fotovoltaica na descarbonização.

Esclareceu que as rotas turísticas da serra do Ilhastro são compatíveis com a instalação e energia fotovoltaica segundo o parecer do ICNF e a APA entendeu que não tinha justificação para e que a zona não se integra nas Zonas Classificadas em termos ambientais. Preveniu que quando as decisões forem tomadas serão publicamente conhecidas, pelo que não se anteciparia relativamente ao parecer a emitir pela Câmara Municipal.

Explicou que nos projetos de alta velocidade em ambiente urbano existem sempre penalizações, mas queriam garantir o número mínimo de penalizações. Distinguiu que as questões do traçado da linha do Norte deviam ser colocadas ao Governo e não propriamente à Câmara Municipal. Afirmou, a propósito, que o gabinete de apoio já está criado e já começou a receber pessoas.

Comentou a intervenção de João Pinto Ângelo clarificando que o aumento não reverte para o Orçamento Municipal, mas sim para o Estado. Quanto à intervenção de Tiago Bolhão, adiantou que responderia à AAC, pelos mesmo meios de comunicação. Relativamente à intervenção de Ângela Pinto Correia, esclareceu que não tinha sido o atual Executivo a iniciar a obra da Calçada da Rainha Santa sem proceder ao reforço dos muros, com elevados riscos de colapso. Referiu que a obra do último troço está a decorrer dentro dos prazos e que sempre se manteve a acessibilidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Retomou a intervenção da Deputada Luísa Silva alvitrando que se referiria a SRAM, e adiantando que o processo tinha sido despachado na reunião de camara de 27 de novembro. Acrescentou, relativamente aos SMTUC, que o Conselho de Administração decidia em tempo e lembrou que tinha sido a Assembleia a recusar a internalização dos SMTUC na Câmara, impedindo a angariação de dimensão e competência.

Dirigiu-se a Juvenal Sousa remetendo para as Grandes Opções do Plano e Orçamento que dedicam 3,5 milhões de euros para o Convento São Francisco, garantindo que *“está tudo a funcionar bem e que o Convento São Francisco não depende de nenhum Programa Providencial”*.

Recuperou a reflexão do Deputado António Vilhena sobre o episódio *“Peço a Palavra”* de Alberto Martins deduzindo que, quando os vereadores da oposição pedem a palavra, a mesma é – lhes concedida.

Centrou-se nos riscos identificados pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República, que acarretam um elevado nível de imprevisibilidade para o Governo e acrescentou a forte instabilidade política nacional, com a inopinada queda do Governo e a maior carga fiscal de sempre, em percentagem do PIB. Apesar, do contexto e não obstante algumas insuficiências, elevou o facto de o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2024 ser aprovado.

Lamentou que o saldo orçamental do Estado em 2023, no montante de 0,8% do PIB, conseguido à custa da inflação e do aumento dos impostos, não tenha sido parcialmente utilizado para mitigar as graves dificuldades para as autarquias, resultantes da elevada subida dos preços e dos materiais, dos desequilíbrios gerados pela descentralização, do aumento extraordinário da Função Pública e também dos impostos a mais, pagos pelas autarquias.

Instou na urgência da revisão da Lei das Finanças Locais (LFL), de forma a garantir aos municípios portugueses a mesma capacidade financeira de que dispõem os seus congéneres europeus, promovendo uma efetiva coesão territorial e uma total equidade na disponibilização de serviços públicos às populações. Referiu a premência da criação de um mecanismo de compensação financeira para diminuir assimetrias entre beneficiadas as áreas metropolitanas e os restantes municípios.

Avançou que, tal como em 2022 e em cumprimento do programa eleitoral, embora obrigado a acompanhar a inflação no valor das taxas municipais, os impostos não seriam aumentados, antes absorvendo, a Câmara Municipal, os custos da inflação e dos aumentos dos vencimentos públicos.

Mencionou a inovação introduzida, que ao acompanhar a Lei no sentido de aumentar o benefício conferido aos munícipes através do IMI familiar, a Câmara depõe mais de 500 mil euros para as famílias do concelho. Ao acrescentar a manutenção do IMI no limite mínimo legal, a minoração da respetiva taxa para prédios urbanos com eficiência energética, e a redução da taxa normal de derrama para 1,45% sobre o volume de negócios superior a 150 mil euros, resulta uma poupança para as famílias e para as empresas que atinge 1 milhão de euros, muito significativa perante um contexto macroeconómico caracterizado pela degradação das condições de vida dos cidadãos, devido à subida exponencial das taxas de juro do crédito à habitação e à taxa de inflação. Evidenciou que é expressivo, uma vez que em quase todas as reuniões da Câmara são submetidos a votação aumentos constantes dos custos das obras em curso.

Apresentou o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Coimbra, no total de 234.102.956 €, devido ao êxito obtido nas candidaturas a financiamento europeu, em particular na habitação e devido, ainda, ao pedido de empréstimo para investimento de médio e longo prazo, aprovado pela Assembleia Municipal e que obteve já visto do Tribunal de Contas para o Lote 1 e o Lote 3, o que significa que a construção de uma residência de estudantes na Baixa de Coimbra vai ser cumprida a curto prazo, aguardando-se o visto do Tribunal de Contas quanto ao Lote 2.

Alertou, no entanto, que o elevado valor não indica que tenha aumentado significativamente a capacidade de financiamento autónomo da Câmara, pelo que continuam a existir fortes constrangimentos à possibilidade de concessão de apoios e de resolução dos problemas estruturais de Coimbra no curto prazo. Esclareceu que a maior parte das verbas do orçamento já estão consignadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para fazer face às despesas fixas e de funcionamento da autarquia, bem como para os programas com financiamentos aprovados.

Observou que em 2001, Coimbra tinha 148.443 residentes e em 2021 diminuiu para 140.816 residentes e adiantou que, segundo a PORDATA, Coimbra é o 64º concelho nacional na produção de bens para exportação.

Remeteu para os balanços públicos apresentados pelos vereadores com pelouro por ocasião da passagem do primeiro e do segundo aniversário da tomada de posse, afirmando que estabelecem um inequívoco horizonte de desenvolvimento e crescimento:

<https://www.coimbra.pt/2022/10/balanco-do-1o-ano-de-mandato-para-fazer-de-coimbra-a-cidade-mais-dinamica-do-pais/>

<https://www.coimbra.pt/2023/10/balanco-do-2o-ano-de-mandato-denota-elevado-ritmo-de-trabalho/>

Enunciou a vinda da Airbus e de outras empresas multinacionais para Coimbra, como a Deloitte, a Accenture, a PwC e a IBM/Softinsa, com a criação de centenas de novos postos de trabalho. E avançou que a recente aprovação do Regulamento interno que cria a “Via Rápida” para o Investimento vai dar mais um forte impulso na captação de empresas para o concelho de Coimbra, com a subsequente criação de mais emprego.

Referiu o êxito de *Coimbra Invest Summit*, o primeiro evento do género organizado pelo Município em parceria com Universidade, Instituto Politécnico, Instituto Pedro Nunes e iParque, a instalação em Coimbra do primeiro centro TUMO da Península Ibérica, o impacto dos quatro concertos dos Coldplay, impecavelmente organizados, o brilhar da *Magic Land* e o sucesso da introdução da Taxa Municipal Turística, cobrada a quem pernoita em empreendimentos turísticos ou em alojamentos locais, e visa investir no desenvolvimento turístico do concelho, são outros sinais de que estamos a recolocar Coimbra no bom caminho.

Elevou a alteração dos estatutos da iParque, que permite a Coimbra mimetizar a Invest Braga e que constitui um passo essencial para acelerar o crescimento económico, nomeadamente desenvolvendo novas áreas industriais.

Afirmou que a aprovação do orçamento e das Grandes Opções do Plano do município de Coimbra para 2024 é fundamental para o executivo camarário poder prosseguir o cumprimento do seu programa eleitoral, centrado em 10 grandes eixos estratégicos: o alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, a manutenção do equilíbrio orçamental, o cumprimento da descentralização, o consistente reforço do financiamento das Freguesias (que este ano têm o maior orçamento de sempre, com um acréscimo de 11% nas dotações), a garantia de apoios sociais suficientes em função das necessidades e do investimento em habitação acessível, a melhoria dos transportes coletivos e da qualidade de vida das pessoas nas suas múltiplas dimensões, a afirmação dos *clusters* da Cultura, Saúde, Educação, Turismo, Ambiente, Inovação e Tecnologia, o fortalecimento da marca Coimbra, a promoção do desenvolvimento económico e social sustentáveis e a criação de emprego, objetivos materializados através das ações descritas nas Grandes Opções do Plano apresentadas.

Aludiu ao facto de terem atualizado e tornado mais transparente a estrutura das Grandes Opções do Plano, que agora é de leitura muito mais fácil e direta, contemplando 14 milhões de euros para intervenções no espaço público, dos quais 7,6 milhões se destinam a Requalificação Urbana, 19 milhões de euros para Mobilidade, Trânsito e Transportes, dos quais 15,7 milhões de euros são para os Transportes Públicos, 46 milhões de euros para Ação e Habitação Social, 11 milhões de euros para Cultura e Turismo, dos quais 3,5 milhões vão para o Convento São Francisco, 3,5 milhões de euros para Desporto e Juventude, 6 milhões de euros para Desenvolvimento Económico, 11 milhões de euros para Ambiente e Sustentabilidade, 21 milhões de euros para Educação e Saúde, 9 milhões de euros para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Administração Geral da Câmara, 2 milhões de euros para Informática e Inovação Digital, 3,5 milhões de euros para a Proteção Civil e 9,4 milhões de euros para as Juntas de Freguesia.

Definiu os objetivos de transformar o concelho de Coimbra num dinâmico polo de cultura, de investimento, de desenvolvimento, de competitividade, com boas oportunidades de emprego e condições sociais de vida para todos, continuar a cumprir o plano de renovação da frota dos SMTUC, completar a total digitalização do urbanismo, trabalhar em conjunto com todas as organizações e instituições do concelho, como é exemplo a criação da Agenda Coimbra, em parceria com a Universidade, e executar a reabilitação das Escolas Eugénio de Castro e José Falcão, entre muitas outras realizações apresentadas nos dois relatórios dos dois primeiros anos de governação.

Intervenção da Deputada Municipal Anabela Azul (CpC) [\(áudio 44:12 a 47:44 minutos - 2ª gravação\)](#)

Referiu que a Câmara Municipal de Coimbra informa que tem vindo plantar árvores em caldeiras vazias e em caldeiras das quais foram removidas 135 árvores alegadamente em situação de risco de queda. Questionou se não seria de solicitar esclarecimentos sobre um tão significativo abate, em número, e em simultâneo, por forma a garantir preservar serviços proporcionados por cada uma das árvores abatidas.

Notou a importância de acautelar a biodiversidade associada a árvores antigas no contexto da exploração das plantações / florestas boreais e temperadas. Afirmando “*Cada Árvore importa, sim!*”

Propôs um Regulamento Municipal de Proteção de Árvores de Interesse Natural, Histórico, Cultural e/ou com Enquadramento Paisagístico.

Perguntou sobre o destino da madeira cortada, sendo de louvar o uso de caráter utilitário público, por exemplo mobiliário urbano ou de recreio.

Adiantou que o tarifário dos resíduos urbanos vai aumentar em 47% para os cidadãos por incumprimento das metas para sua a redução e questionou para quando estaria prevista a recolha efetivamente seletiva e rastreável dos resíduos.

Mencionou que “*são emitidas cerca de 400 autuações por semana*” e indicou a Câmara como facilitadora, a ajudar as pessoas a movimentarem-se e a recomendar locais de estacionamento de forma a responder às necessidades das pessoas.

Instou nas questões sobre o apoio da Câmara à progressão de carreira dos motoristas dos SMTUC; as respostas do Executivo quanto à participação pública referente ao Plano de Pormenor da Estação de Coimbra; para quando a requalificação especializada com restabelecimento e preservação da galeria ripícola; a fruição do espaço com exploração privada, sistema de transporte público, sem comprometer a biodiversidade própria do da margem direita do Mondego, entre a Portela e o Rebolim.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Rodrigues (NC) [\(áudio 48:14 a 51:53 minutos - 2ª gravação\)](#)

Sublinhou que desde que o atual executivo tomou posse, as reuniões da Câmara e as sessões da Assembleia Municipal podem ser seguidas online.

Destacou alguns aspetos da informação escrita do Presidente, designadamente a aprovação, pelo (IHRU), da candidatura para a aquisição de terrenos e construção de 268 fogos na Quinta das Bicas em Taveiro, através do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência, no valor de 38.497.004,47 euros; a diminuição do tempo médio de resposta de 61 para 15 dias, no setor do Urbanismo da Câmara Municipal de Coimbra; a alteração do projeto do Metrobus na Solum para preservar as árvores de maior porte ao longo da Rua General Humberto Delgado e criar bosquetes na Rua D. João III, novos elementos arbóreos e plantação de mais exemplares; a desmaterialização de 74 anos de alvarás municipais, disponíveis aos utilizadores internos, mediante permissão; o Contrato Interadministrativo de Cooperação com a Universidade de Coimbra, no valor de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

701.100 euros (IVA incluído), com prazo de execução de 42 meses, para um projeto de reabilitação da Escola José Falcão e Eugénio de Castro e, por fim, a tomada de posse da Provedora do Município da Câmara Municipal de Coimbra, Maria José Pimentel.

Deu, ainda, notícia do parecer favorável do Tribunal de Contas ao Lote 1 da contratualização de empréstimo que inclui a reabilitação de um quarteirão junto à Loja do Cidadão e a construção de Residência de Estudantes na Baixa.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 52:28 a 01:07 minutos - 2ª e 3ª gravação\)](#)

Somou o constante aumento do custo de vida em Coimbra à dificuldade demonstrada pelo executivo camarário em concretizar as suas propostas e intenções.

Refutou a ideia de que os problemas da cidade se devem exclusivamente a questões financeiras impostas pelo exterior e enunciou o caos do trânsito; a intempestiva programação das obras de renovação da rede de água e saneamento; mais dificuldades e atrasos na prossecução das obras no troço que leva ao hospital; a iminência da perda de habitações nas freguesias de Ribeira de Frades, S Martinho do Bispo, Ameal e Taveiro, devido ao alargamento de parte do trajeto da Linha do Norte, com vista a permitir a paragem do comboio de alta velocidade na nova estação de Coimbra.

Lembrou, a propósito, que a proposta da União de Freguesias de Taveiro Ameal e Arzila para constituição de um grupo, na Câmara Municipal, para apoiar os afetados, levou meses a ser constituído e que só no corrente mês iam iniciar o atendimento ao público. Criticou “*Em vez de operacionalizar os apoios, indo junto das pessoas, analisando os problemas concretos e levando soluções, opta-se por esperar que os municípios se desloquem à CMC e, se calhar, serem atendidos.*”

Esclareceu que no dia 8 de setembro, em reunião solicitada pelo Presidente da Câmara a CDU pediu informação detalhada sobre o estado de desenvolvimento do Plano de Renovação da Frota e de Melhoria do Desempenho das Áreas Afetas à Divisão de Equipamento e Manutenção, dos SMTUC, mas sem efeito até ao momento. Referiu, por isso, que as condições de circulação dos autocarros, os atrasos e eliminação de carreiras são constantes, as exigências do serviço, aumentadas com a abertura do ano escolar, não são respondidas e tinham de avaliar o estado de concretização das medidas preconizadas.

Tomou as palavras dos trabalhadores em greve recente: “*as condições de trabalho são más e têm vindo a piorar com o passar do tempo*”, “*chove lá dentro, (...)*”; “*Nós vamos tendo boa vontade e algum cuidado, mas tendo consciência de que não estamos a conduzir um autocarro nas perfeitas condições*”. Referiu que o Presidente da Câmara está de acordo com a CDU no que respeita a confeção local das refeições, com produtos locais, no entanto, face a uma proposta concreta, o Presidente disse avançar com um concurso público por 3 anos que, por não estar instruído em tempo, confluíu no concurso público urgente, para assegurar as refeições escolares, para o início das aulas.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 01:29 a 14:39 minutos - 3ª gravação\)](#)

Criticou o trânsito e constantes engarrafamentos causados pela falta de coordenação e planeamento das obras do Metrobus e Águas de Coimbra, com as necessidades de trânsito automóvel.

Citou as palavras da Vereadora Ana Bastos na reunião de Câmara de 27.11.2017 em cuja ata se lê “*a solução para aquele local (rotunda do Almeigue) já foi amplamente divulgada e estudada há precisamente cinco anos, ..., é a implementação de uma semaforização, solução acessível em termos económicos Independentemente da entidade que tem a jurisdição sobre aquele local ...*”.

Esclareceu que a Câmara do PS, antevendo os problemas do trânsito com as obras do MetroBus, construiu o Túnel do Choupal há mais de 5 anos, para descongestionar o trânsito para a margem esquerda, para a A1 e para Cidreira e Figueira da Foz, evitando os engarrafamentos que atualmente se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

verificam na Casa do Sal, com o encerramento do tabuleiro inferior da Ponte do Açude decorrente das obras.

Tomou as palavras do Presidente da Câmara na Sessão abril, que constam da acta n.º 2/2023, *“o túnel do Choupal, em conjunto com a rotunda compacta que o liga à Avenida marginal, porque será sacrificada pela passagem do MetroBus importa em inúteis 518 mil euros gastos pela governação”*.

Instou que o Túnel do Choupal, de acesso ao tabuleiro interior da Ponte do Açude é absolutamente essencial para evitar o congestionamento do trânsito na Casa do Sal, que agora se verifica. O encerramento, ainda que provisório, da *“escapatória”* do trânsito que se dirige à Casa do Sal, indo pelo tabuleiro inferior da Ponte do Açude, expõe a vantagem e a visão estratégica tomada no mandato anterior quanto à indispensabilidade do túnel do Choupal.

Lembrou que, em maio de 2022, a Câmara resolveu criar uma solução urbanística na Via Central, o que fez atrasar as obras na Praça 8 de Maio pelo menos mais de um ano, o que inviabilizou uma solução de desvio provisório do trânsito da Av. Fernão de Magalhães para essa Via Central em direção à Praça da República, que descongestionaria a Rua da Sofia.

Relembrou, também, os pedidos do Partido Socialista para que fosse aberta à circulação automóvel a Rua Gerónimo Baia que faz a ligação entre a Rua Miguel Torga e a Rua Infanta Dona Maria para evitar que os automobilistas que se dirigissem para a escolas Infanta Dona Maria e Avelar Brotero tivessem de fazer o percurso pela Rua Carolina Michaelis e, só recentemente, perante a evidência do trânsito na Solum, circulação foi aberta para a Rua Gerónimo Baia.

Avançou que a requalificação da Avenida *Aeminium*, a Marginal do Mondego, tinha prevista uma via de passagem automóvel, que poderia constituir um desvio provisório do trânsito, mas a Câmara inaugurou o Passeio Ribeirinho, interrompendo ou suspendendo as obras de colocação do Intersector ou conduta das águas residuais domésticas para a ETAR do Choupal.

Recomendou o início da construção dos *“Dois Parques Urbanos nas margens do Rio Mondego”* anunciados em outubro de 2021 e no respectivo terreno ou estaleiro, provisoriamente, autorizar estacionamento.

Explicou que o bom funcionamento dos SMTUC também poderia ser essencial para o descongestionamento do trânsito e criticou *“não reparar os seus autocarros, imobilizando a sua frota e criar um mau estar permanente com os seus trabalhadores, frustrando inclusive a expectativa e promessas efetuadas de passar os Motoristas a Assistentes Técnicos, dificultando as suas condições de trabalho, conduzindo-os para greves sucessivas com todos os prejuízos para a mobilidade das pessoas.”*

Referiu que a Câmara tem a competência de fiscalizar e articular o trânsito automóvel com o início das obras em diferentes troços, em diferentes frentes de trabalho e em diferentes momentos com um plano ou cronograma articulado e sinalização adequada com criação de percursos alternativos ainda que provisórios. Imputou, por isso, a existência de trânsito caótico à falta de planeamento e de coordenação das obras do MetroBus, das Águas do Centro Litoral ou das Águas de Coimbra.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo (PSD) (áudio 15:10 a 18:05 minutos - 3ª gravação)

Questionou a intervenção do Deputado João Pinto Ângelo relativamente ao contrato interadministrativo com a Universidade de Coimbra para reabilitação da Escola Secundária José Falcão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 18:25 a 19:12 minutos - 3ª gravação\)](#)

Esclareceu o Deputado Carlos Figueiredo, dizendo que também era da opinião que houvesse um estudo prévio, lamentando não conhecer o prazo exatável para a conclusão da obra.

Intervenção do Presidente da Câmara

Explicou, na sequência da intervenção da Deputada Anabela Azul, que o estudo que justificou o abate de árvores está amplamente debatido e publicado e acrescentou que as árvores em meio urbano, por sinal, adverso, duram menos anos fora do ambiente natural. Avançou que estava em curso a elaboração de um Regulamento Florestal, com oportunidade de participação pública. Referiu que em oito mil famílias, nas freguesias do norte do concelho, está a começar a recolha de resíduos de forma seletiva, casa a casa.

Instou que a questão da carreira dos motoristas dos SMTUC, também, já tinha sido largamente debatida e que depende do Governo, disse que se tinha deslocado ao Parlamento, ao Governo e à Ministra da Presidência do Governo no sentido de resolver o problema das carreiras dos agentes únicos.

Mencionou que a maquete do Plano de Pormenor da Estação Central de Coimbra será apresentada e, posteriormente, será aberta nova discussão pública.

Reconheceu que a Câmara estava a causar incómodo aos munícipes, mas apenas transitoriamente, para alcançar uma cidade nova. Avançou que as obras da Avenida *Aeminium* e as obras das Águas do Centro Litoral poderiam ter sido feitas em simultâneo pelo Executivo anterior.

Recomendou ao Deputado João Pinto Ângelo que lesse o protocolo em que constavam as datas e prazos da reabilitação da Escola Secundária José Falcão.

Lembrou que o Túnel do Choupal já existia e tinha trânsito nos dois sentidos e que os cerca de 700 mil euros para instalar semáforos e tornar o túnel de de sentido único, serão enterrados pelo projeto aprovado já no mandato anterior. Quanto ao tabuleiro inferior da Ponte de Açude, este tinha de ser interrompido devido às obras das Águas do Centro Litoral.

Alertou que estava em causa um problema de saúde pública porque os canais subterrâneos estão a libertar detritos e resíduos para o subsolo, pelo que as obras das Águas de Coimbra e das Águas do Centro Litoral eram emergentes. Aproveitando as obras do Metro Bus as obras para substituição dos canais subterrâneos tinham de ser feitas ao mesmo tempo.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 31:28 a 32:46 minutos - 3ª gravação\)](#)

Refutou as palavras do Presidente da Câmara e esclareceu que as obras deviam estar concluídas até 31 de dezembro de 2008 e o Partido Socialista, em 2013, propôs uma ação que levou à condenação das Águas do Centro Litoral à construção de um intersector objeto de protocolo entre as Águas de Coimbra, as Águas do Centro Litoral e a empresa adjudicada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

2. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 da Câmara Municipal de Coimbra

Direito de Oposição ao Abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à proposta de Orçamento e GOP para 2024
Relatório Síntese Conhecimento

- *Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia*
- *Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)*
- *Mapa de Pessoal para o ano de 2024*

A apresentação do Vereador Miguel Fonseca pode ser consultada em:

<https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2024/02/Orcamento-e-GOP-2024- -CMC.pdf>

A apresentação da Vereadora Ana Bastos pode ser consultada em:

https://www.coimbra.pt/wp-content/uploads/2023/11/Intervencao_OM-e-GOP-2024SMTUC_AnaBastos.pdf

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) (áudio 14:39 a 22:05 minutos - 4ª gravação)

Apresentou contraditório às palavras do Presidente da Câmara, assumindo que tinha lido o estudo fitossanitário de 800 páginas publicado e afirmando que “*o jardim dos patos, muitas daquelas árvores não justificavam abate (...) com toda a certeza*”.

Comentou o orçamento para 2024, com projeções plurianuais, que em abril de 2025, se iriam analisar com a prestação de contas. Apontou como sendo “*deshumbramento*” a execução de cerca de 14 Milhões de euros em projeto e construção de habitação na Quinta das Bicas.

Observou que a Câmara iria pagar quase tanto em externalização de serviços, 22,82%, como em despesa de pessoal.

Lembrou que o Presidente da Câmara tinha prometido atingir a meta de 10% de orçamento a transferir para as freguesias e, perante o terceiro orçamento, ainda não se concretizava.

Assinalou o fraco investimento na promoção da vida saudável, na prevenção da doença e no envelhecimento de qualidade, com autonomia funcional. A propósito, recordou que o espaço do antigo Hospital Pediátrico tem condições únicas para lançar um projeto único de Laboratório de Envelhecimento e Campus da Vida, num quadro de rede colaborativa em Coimbra e enquadramento na estratégia regional, nacional ou europeia para o envelhecimento.

Notou que a proposta, repetidamente apresentada pelo CpC, para que seja adquirida e recuperada a Casa de Jaime Cortesão, em São João do Campo, não tem enquadramento previsto no orçamento para 2024., apesar de em 2023 terem anunciado que a aquisição da casa tinha sido objeto de uma candidatura ao PT2030.

Criticou a dotação para as margens do rio entre a Portela e Rebolim, alertando que as margens irão continuar a carregar areia rio abaixo para dar trabalho a empresas que retiram inertes.

Enunciou os eventos como o GOLL-GREEN, Olympic Living Lab & Environment Change. E, a propósito, perguntou pelas contas sobre as obras que a Everything is New realizou no estádio municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sendo o município a autorizar a intervenção e que mantém o inventário do equipamento existente ou intervencionado.:”. *Esperamos o relatório de contas detalhadas, claras e certas!”*.

Avançou que foi lançado um manifesto em defesa da Bienal Ano Zero de Coimbra. Os artistas subscritores deste manifesto reclamam que a Bienal de Coimbra se mantenha no espaço do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, afirmando que a Bienal e o Mosteiro são indissociáveis. Sugeriu que se fizesse o convite aos promotores do manifesto a vir a Coimbra e organizar um debate sobre a Bienal Ano Zero na Casa da Escrita, *“pois também é da cultura e da lusofonia esta preocupação.”*

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho (CDS-PP) [\(áudio 22:39 a 30:27 minutos - 4ª gravação\)](#)

Comentou o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, parabenizando o Executivo pelo trabalho e profissionalismo e a Oposição pela apresentação de propostas. Referiu que a informação útil estava acessível e, independentemente da concordância política com as opções, é um documento bem elaborado e que permite a leitura da sociedade civil.

Destacou o máximo investimento na habitação, um acréscimo de quase 300% relativamente aos anos anteriores. Registou um aumento de investimento na preservação do meio ambiente e da natureza de 123% e na Proteção Civil e combate a incêndios um acréscimo de 76%.

Referiu, ainda, os investimentos na ação social e habitação, que contavam mais de 45 milhões de euros, na educação e saúde mais de 21 milhões de euros.

Salientou o acréscimo de 11% nas dotações para as Freguesias, que atingem, assim, 9, 4 milhões de euros.

Intervenção do Deputado Municipal Jorge Veloso (PS) [\(áudio 30:56 a 37:07 minutos - 4ª gravação\)](#)

Referiu que o Presidente da Câmara tinha convocado os Presidentes das Juntas de Freguesia, durante o ano de 2023, para três reuniões de trabalho com a finalidade de apresentarem propostas e melhorias para um bom trabalho em parceria com o município.

Afirmou que, na última reunião, em S. António dos Olivais, apresentaram algumas propostas para o Orçamento de 2024, destacando que questão dos Contratos Interadministrativos para Obras, tinha sido orçamentado menos de metade do aumento solicitado.

Contou que, quando apresentada a proposta de orçamento final, verificaram a existência de uma *“coluna que não constou na primeira reunião “: Contratos Interadministrativos para manutenção de calçadas iniciando “negociação paralela com três freguesias”* com valores que oscilam entre 70.000 e 75.000 euro.

Acrescentou que, segundo a gravação da reunião de Câmara, o Presidente, questionado sobre o assunto, respondeu *“as outras freguesias não estão contempladas porque não aceitaram”* e admitiu que *“nem eu nem qualquer um dos colegas foi sequer consultado para tal e muito menos lhe foi apresentada qualquer proposta”*

Dirigiu-se ao Presidente da Câmara dizendo *“enquanto não ouvir a sua resposta a comprometer-se a tratar o mesmo assunto com as outras quinze freguesias, o meu voto será contra o Orçamento para o ano de 2024 “*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lembrou que, em 2023, em São Martinho do Bispo, com a requalificação e pavimentação da Ladeira da Escola Agrícola, por parte da Câmara, a União de Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades tinha contribuído com 23.000 € fundamentando, assim, a colaboração a que sempre se dispunham.

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu que o assunto tinha sido abordado nas várias reuniões com os Presidentes de Junta, sem negociações paralelas, houve três Presidentes de Junta que assinaram o auto de transferências. Clarificou que só precisavam de dialogar com a Divisão de Apoio às Freguesias, porque o assunto tinha sido “transparentemente falado nas reuniões com os Presidentes de Junta”.

Explicou que os 10% de apoio às Juntas de Freguesia é alcançado na medida das delegações de competências que aceitarem, sendo que os serviços estão disponíveis para reunir.

Intervenção do Deputado Municipal João Campos (PSD) [\(áudio 42:12 a 43:44 minutos - 4ª gravação\)](#)

Centrou a questão da Manutenção das Calçadas, referindo que o processo referente à União de Freguesias de Coimbra tinha sido desencadeado já no mandato anterior e que os serviços tinham tomado a decisão técnica de definir as freguesias prioritárias.

Salientou as palavras do Presidente da Câmara que mostraram abertura para que as Freguesias negociassem com os serviços.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Claro (PS) [\(áudio 44:04 a 53:13 minutos - 4ª gravação\)](#)

Esclareceu que a carreira de Agente Único não é o único aspeto a valorizar a carreira e a viabilizar o recrutamento para os SMTUC, a possibilidade de oferecer o nível remuneratório seguinte ao nível base da carreira, constitui um exemplo.

Apontou a perda de receita sustentada na perda de passageiros e questionou a inclusão dos autocarros financiados pelo POSEUR na frota do presente ano e no investimento previsto para 2024, reduzido, assim, a 1.5milhões, uma vez que cerca de 5 milhões são referentes ao ano corrente.

Observou a necessidade de recrutamento de 84 trabalhadores em 2023/2024, em contraste com os 90 trabalhadores que saíram desde o início do mandato.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU) [\(áudio 53:25 a 01:15 minutos – 4ª e 5ª gravação\)](#)

Tratou o Mapa de Pessoal, referindo situações de insuficiência, nomeadamente, a redução do número de lugares disponíveis para técnico superior, não acautelando os procedimentos já em curso na mobilidade entre carreiras, frustrando as expectativas legítimas dos trabalhadores que reúnem condições necessárias, em alguns casos, contam já com pareceres favoráveis dos dirigentes dos serviços. Centrou-se no Departamento de Educação e Saúde, onde existem 779 postos ocupados, mas precisa de 965. Só no apoio administrativo os postos ocupados são 611, mas são 720 os necessários, numa diferença de 109. Observou que o mapa de pessoal de 2023 identificava 1941 postos ocupados, para uma necessidade de 2435 postos. Ou seja, em 2023, 494 postos de trabalho deveriam ter sido preenchidos, tendo sido efetuadas apenas 109 contratações. Para 2024, o mapa identifica 2050 postos ocupados (incluindo os 109 já referidos), para uma necessidade de 2541.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Esclareceu que o contrato programa celebrado com o iParque configura um grande alargamento das competências desta empresa municipal, responsável pela gestão de todos os parques empresariais e industriais, por delegação de competências, algumas duplicadas pelo do Departamento de Desenvolvimento Económico, Empreendedorismo, Competitividade e Investimento. Apontou, por isso, a falta de mecanismos de participação na definição de políticas de fiscalização dos resultados, uma vez que o trabalho de uma macroestrutura com poder de decisão exige uma definição de contrapartidas a serem dadas pela autarquia e das garantias que ficarão do lado das empresas a contratar.

Reconheceu passos positivos no que concerne ao apoio às Juntas de Freguesia, designadamente, quanto aos valores assumidos para os autos de transferência de competências, nos espaços verdes e nas vias, sargetas e espaços públicos. Afirmou o avanço que dá cumprimento parcial às exigências das Freguesias e que deverá ser desenvolvido a bem das populações.

Assinalou a “*péssima programação*” de obras da Metro Mondego, da responsabilidade desta empresa, e discutida e avalizada por responsáveis camarários. Criticou a longa duração e a inexistência de prazo de conclusão, que, com sucessivos atrasos, penalizam cidadãos, comerciantes e industriais e agravam o caos na circulação viária na cidade sem que tenha sido dada às viaturas dos SMTUC o privilégio de circulação em via livre, como proposto pela CDU anteriormente.

Solidarizou-se com os trabalhadores dos SMTUC que aderiram à greve, defendendo um serviço que é de todos, um sistema circulatório essencial para o trânsito de muitos munícipes. Salientou que os problemas dos SMTUC são os salários dos seus trabalhadores, com categorias profissionais que não correspondem ao seu desempenho. Explicou que a um motorista, a um mecânico, a um qualquer trabalhador qualificado não pode corresponder um estatuto profissional que não reflita o seu grau de especialização, a sua capacidade de desempenho, a importância da sua função para o funcionamento da estrutura. Referiu, a propósito, a apresentação pelo PCP, na Assembleia da República, de uma proposta de criação da carreira de agente único, que não deixaram aprovar. Instou que os SMTUC são um instrumento essencial e que a CDU está disponível para o encontro de soluções. Por isso, tinha solicitado ao Executivo um conjunto de informações e a avaliação de execução do plano de recuperação, aguardando ainda a resposta.

Afirmou que o Orçamento e as GOP beneficiam de um aumento considerável da receita, com origem em financiamento comunitário, designadamente do PRR. Beneficiam também de um aumento considerável de investimento na habitação, nos 40 milhões e 500 mil euros que correspondem a mais de 1/4 do total inscrito em GOP, uma oportunidade para cumprir a Estratégia Local de Habitação, uma política de requalificação dos bairros municipais a que é imperioso acrescentar a oferta pública de habitação com iniciativas de construção de habitação a custo acessível.

Enunciou, como prementes: o projeto de reabilitação, modernização e aumento da eficiência energética do edifício da Casa da Cultura e seus equipamentos (incluindo a intervenção na antiga cantina dos SASUC e abertura do edifício ao Jardim da Sereia); as novas instalações para o Arquivo Geral Municipal; a digitalização do Arquivo Geral e Histórico do município; a requalificação dos Jardins Históricos da cidade; o reforço dos recursos humanos da divisão de espaços verdes e jardins; a localização para construção do novo Centro de Recolha Oficial de Animais; a construção de parques de matilhas; alargar a instalação de abrigos e postos de alimentação para gatos em Programas CED, em cooperação com as Juntas de Freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declarou por fim, que “*O nosso voto será de viabilização das GOP e Orçamento, através da abstenção*”.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo (PSD) [\(áudio 53:14 a 06:15 minutos – 5ª gravação\)](#)

Apresentou o Orçamento e as Grandes Opções do Plano como documentos que traduzem, em grande medida, o conjunto de propostas e desafios, de compromissos e ambições propostos aos munícipes. Referiu a conjuntura externa difícil e a intempestiva crise interna, afirmando que é um orçamento resultante de um trabalho imenso de todos os serviços camarários, que reflete as prioridades e objetivos sufragados; bem estruturado, com investimentos para as áreas mais necessitadas; transparente, que permite que todos saibam como e onde é aplicado o dinheiro e que otimiza a utilização dos recursos disponíveis, evitando desperdícios.

Afirmou o crescimento em quase 60 milhões de euros, de um ano para o outro, e a previsível execução de um investimento superior a 70 milhões, desde logo, a preocupação social, designadamente, a Habitação, prevê executar 40 milhões de euros.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 06:44 a 17:09 minutos – 5ª gravação\)](#)

Contrapôs “*o maior orçamento de sempre*” proclamado pela coligação Juntos Somos Coimbra, com a “*maior receita de sempre*”. Esclareceu que com as receitas municipais, o aumento de impostos, das taxas, preços, das transferências da administração central, multas e empréstimos avultados, este orçamento constitui “*um esbanjar*” de oportunidades de crescimento do concelho.

Referiu a proposta do PS, estruturante para o desenvolvimento do concelho, a via estruturante Santa Clara/São Martinho do Bispo com ligação da Guarda Inglesa ao Planalto de Santa e criticou que as GOP para 2024 apenas previssessem 70 mil euros. Acrescentou que para a requalificação da Estrada da Beira na Solum, obra antes concursada e adjudicada pelo anterior Executivo e que tinha sido anulada pelo Juntos Somos Coimbra, previa, agora, 10 euros. Em contraste, o “*objectivo Cultura e Turismo*”, ou sejam os concertos, festas, conferências e espetáculos têm previsto mais de 11 milhões de euros.

Refutou o que se lê no Orçamento “*No essencial, o governo desamparou as autarquias ...*”, dizendo que no orçamento de Estado aprovado, o distrito de Coimbra vai receber quase 228 milhões de euros, dos quais a Câmara de Coimbra é contemplada com 45 milhões de euros. Observou as palavras “*tem uma arrojada consciência social*” e contestou com o aumento dos transportes, da água, do saneamento, das taxas, agora também da taxa municipal de turismo e até as 400 multas por semana, ou sejam 21.600 multas no fim do ano. Prosseguiu “*êxito obtido nas candidaturas a financiamento europeu*” contrapondo que resultava do trabalho das candidaturas no mandato anterior, de que é exemplo maior, na habitação, o programa 1º Direito.

Assinalou a receita de empréstimos a médio e longo prazo cuja amortização só se iniciará no mandato seguinte e que os investimentos a que se destinam não são estruturantes e de “*duvidoso acolhimento*” no Tribunal de Contas. Apontou ainda o acréscimo de mais de um milhão de euros para a nova estrutura orgânica da Câmara, descredibilizando -a com o Relatório de Gestão do ano anterior onde se regista um aumento de 228% de faltas ao trabalho injustificadas, a mais alta dos últimos 11 anos.

Esclareceu a requalificação da Escola José Falcão, trata-se somente da adjudicação ao Departamento de Arquitetura da Universidade do respectivo projecto por cerca de 750.000€, evidenciando o Presidente, na Sessão de 28 de dezembro de 2021, disse “*o Departamento de Arquitectura Coimbra oferecia o projecto de relevante interesse arquitetónico*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Rui Soares (NC) (áudio 17:39 a 20:37 minutos - 5ª gravação)

Afirmou que a calendarização das reuniões com a Divisão de Apoio às Freguesias era feita logo no início do ano e, possivelmente, as três freguesias em causa tinham sido convidadas a negociar, porque existem mais metros quadrados de calçada nas suas áreas geográficas.

Questionou a posição do Deputado Jorge Veloso, quanto ao voto contra os orçamentos e criticou a postura dos Presidentes de Junta do PS relativamente às matérias dos SMTUC.

Intervenção do Presidente da Câmara

Recordou que o Conselho de Administração dos SMTUC está a aplicar a opção gestionária aos Agentes Únicos, explicando que o que estava ao alcance do Executivo estava a ser concretizado.

Esclareceu que a proveniência do financiamento para habitação é da Europa e não do Governo.

Referiu que o PS tinha apresentado várias propostas e várias tinham sido incluídas nas Grandes Opções do Plano, mas sem menção aos meios de financiamento.

Reconheceu que a qualidade de vida dos cidadãos está prejudicada pelo decorrer das obras, afirmando tomar todas as medidas de mitigação possíveis, incluindo a intervenção da Polícia Municipal na Casa do Sal e a descida da Rua de Aveiro.

Tratou a delegação de competências para as Freguesias relativamente à manutenção das calçadas, lembrando ao Deputado Jorge Veloso que no dia seguinte tinha uma reunião marcada na Divisão de Apoio às Freguesias, com a Engenheira Nádea Morais que se tinha disponibilizado para em qualquer altura diligenciar o contrato interadministrativo para delegação de competências. Salientou que os serviços estavam completamente disponíveis para analisar propostas de descentralização, porque o Executivo pretende descentralizar “o máximo para as Juntas de Freguesia”.

Deliberação nº 57/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 22 votos a favor (11- PSD; 5- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH) e 26 abstenções (21- PS; 5- CDU;) e 2 votos contra (2-CpC), aprovar o “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024” da Câmara Municipal de Coimbra: em conformidade com a alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conformidade com as disposições constantes no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, no total de 234.102.956 € na Receita e na Despesa, e as GOP no total de 156.729.490 €;

- Aprovar a Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - “
- Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Aprovar a contratação de empréstimos a curto prazo para o ano de 2024, de acordo com o artigo 50.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI) e posteriores alterações, para possibilitar a cobertura de eventuais dificuldades de tesouraria e gestão corrente;
- Aprovar Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2024, sob proposta da câmara de 16 de outubro de 2023 e com os fundamentos da informação n.º 77046.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

· Mapa de Pessoal para o ano de 2024

Deliberação n.º 58/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 25 votos a favor (11- PSD; 5- NC; 4- CDS-PP; 2-CpC; 1-PS; 1-PPM e 1- CH) e 25 abstenções (20- PS; 5- CDU) aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2024 e o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2024.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 4 de 2023

Deliberação n.º 59/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 4 de 2023, no valor total de 147.685,49 € em reforços e de anulações no Orçamento da Receita, e que se justifica pela proposta apresentada pelo serviço municipal

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Proposta de alteração dos estatutos da AC, Águas de Coimbra E.M.

Relatório económico-financeiro do 1.º Semestre de 2023 – Águas de Coimbra, E.M. Conhecimento

Deliberação n.º 60/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 47 votos a favor (20- PS; 11- PSD; 5- NC; 5- CDU; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH) e 2 abstenções (2-CpC) aprovar a proposta de alteração dos estatutos da Águas de Coimbra (nos termos da qual se delegam na empresa os poderes atinentes à instauração de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

processos de execução fiscal e à cobrança coerciva de dívidas resultantes da prestação de serviço público por parte da Águas de Coimbra e à atribuição ao seu pessoal de prerrogativas de autoridade pública para aqueles fins).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Proposta de Contrato-Programa para delegação de competências com a PRODESO, Empresa Municipal, E.M., Lda.

Intervenção da Deputada Municipal Anabela Azul (CpC) [\(áudio 38:34 a 39:15 minutos - 5ª gravação\)](#)

Elogiou a proposta no sentido de um serviço educativo capaz de dar resposta a um modelo Formação e na Qualificação Profissionais de jovens e adultos, de base contínua, alertou, também, para a importância da formação básica de profissionais, sugerindo que fossem integrados nos serviços públicos, atendendo às necessidades quotidianas diagnosticadas pelo município.

Deliberação nº 61/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 29 votos a favor (11- PSD; 5- NC; 5- CDU; 4- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 20 abstenções (20- PS) aprovar o contrato-programa, que terá a duração de 3 meses e apresenta um custo de 90.000€, entre o Município de Coimbra e a PRODESO, E.M., Lda., assegurando desta forma 2 projetos:

Projeto A - Diagnóstico de necessidades de formação dos Assistentes Operacionais do Município e das Juntas e União de Freguesia(s);

Projeto B – Reforço das competências dos trabalhadores do Município e das Juntas e União de Freguesia(s).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativas ao ano de 2023, a aplicar na liquidação e cobrança em 2024 – Atualização

Deliberação nº 62/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a manutenção do benefício fiscal (a aplicar de acordo com a composição do agregado familiar) que consta no nº 1, do artigo 112º-A, do Código do IMI, com a atualização dos valores da dedução fixa, introduzida pelo artigo 31.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro:

Número de dependentes a cargo Dedução fixa (em €)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

1	30
2	70
3 ou mais	140

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Designar o júri do Procedimento de recrutamento e seleção do cargo de Chefe da Divisão de Equipamentos e Manutenção dos SMTUC

Deliberação nº 63/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra *por unanimidade*, aprovar a seguinte constituição do júri: Luís Miguel dos Santos Costa, Diretor do Departamento do Espaço Público da CMC (Presidente); João Manuel Nogueira Malça de Matos Ferreira, Professor Adjunto do ISEC; Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Vogal do Conselho de Administração das Águas de Coimbra.

Suplentes: Daniel José Domingues Gaudêncio, Chefe de Divisão de Equipamentos e Instalações Técnicas Especiais da CMC; Regina Helena Paiva Ferreira, Diretora do Departamento Financeiro da CMC

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Adenda: Alteração da constituição dos júris dos processos de recrutamento e seleção dos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau que integram o Departamento de Gestão Urbanística.

Deliberação nº 64/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, *por unanimidade*, aprovar a substituição da Senhora Eng.ª Maria Edite Veríssimo das Neves, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana na Câmara Municipal da Lousã pelo Senhor Eng. António Manuel André Paredes da Silva, Chefe da Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz e a substituição da Senhora Eng.ª Lurdes Abrunhosa, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro pelo Senhor Arq. Paulo António Sousa Ramos, Diretor de Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Leiria, no âmbito dos procedimentos concursais para recrutamento e seleção dos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau que integram o Departamento de Gestão Urbanística.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

9. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para 2024 a 2025

Relatório de Execução e Plano de Calendarização de julho a setembro de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias Conhecimento

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 42:19 a 44:35 minutos - 5ª gravação\)](#)

Assinalou a questão técnica relativa ao artigo 1º do clausulado: “*A celebração deste contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal, na Junta de Freguesia, em matéria de manutenção de calçadas em passeios, ruas pedonais e estacionamento*”, sendo responsabilidade extracontratual do Estado.

Lembrou que a Câmara Municipal de Coimbra já tinha sido condenada ao pagamento de perto de 900 mil euros no mandato anterior, devido ao auto de transferência de competências da IP.

Alertou os Presidentes de Junta e o Presidente da Câmara para a possibilidade de se repetir o incidente, sugerindo que à redação proposta fosse acrescentado “*sem prejuízo da responsabilidade civil extracontratual no que se refere aos deveres de vigilância e conservação das estradas respetivas calçadas e arruamentos*”. Afirmou, ainda, que devia ser adicionada a recuperação das calçadas e não somente a sua manutenção.

9.1. Freguesia de Santo António dos Olivais

Deliberação nº 65/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a transferência para a Freguesia de Santo António dos Olivais do montante anual de 70.000,00€, mediante a celebração de contrato interadministrativo, sendo os valores disponibilizados ao longo do ano através de pagamentos mensais, no montante de 5.833,33€.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9.2. União das Freguesias de Coimbra

Deliberação nº 66/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a transferência para a União das Freguesias de Coimbra do valor anual de 75.000,00€, mediante a celebração de contrato interadministrativo, sendo os valores disponibilizados ao longo do ano através de pagamentos mensais, no montante de 6.250,00€.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

9.3 União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Deliberação nº 67/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por unanimidade***, aprovar a transferência para a União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas do valor proposto no montante global anual de 50.000,00€, mediante a celebração de contrato interadministrativo, sendo os valores financeiros disponibilizados ao longo do ano através de pagamentos mensais, no montante de 4.166,66€.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) *(áudio 53:14 a 06:08 minutos - 2ª e 3ª gravação)*

10. Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas Conhecimento

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) *(áudio 48:49 a 50:44 minutos - 5ª gravação)*

Acusou o Executivo de imputar aos colaboradores da Câmara o ónus dos riscos de corrupção. Afirmou que para que o relatório tenha sentido é imperioso adicionar um capítulo principal sobre o papel do próprio executivo na verticalidade de procedimentos e respeito pela lei.

Lembrou que na última sessão da Assembleia a resposta ao requerimento apresentado para sobre os planos para a Casa da Escrita foi recebida no mesmo dia em que reuniu a Assembleia e que o Executivo respondeu “*nada a informar, os planos serão anunciados oportunamente*”. No entanto, logo a seguir à reunião, os planos passaram à Praça Pública.

Apontou à Vereadora Ana Bastos, responsável pelos SMTUC, a decisão da instalação da Central Fotovoltaica, pela mesma empresa que oferece autocarros à União de Freguesias de Souselas e Botão. Referiu que o Presidente e a Vereadora, junto com a Comitativa do Somos Coimbra, que lidera a União de Freguesias, e representante da CIMPOR tinham sido fotografados à frente do autocarro.

A Assembleia Municipal de Coimbra ***tomou conhecimento*** do Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

11. Proposta de alteração do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra

Deliberação nº68/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 30 votos a favor (11- PSD; 5- NC; 5- CDU; 4- CDS-PP; 3- PS; 1- PPM e 1- CH), 17 abstenções (17- PS) e 2 votos contra (2- CpC), aprovar a alteração ao Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, nos termos propostos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

12. Regulamento Municipal de Proteção de Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local

Intervenção da Deputada Municipal Anabela Azul (CpC) [\(áudio 20:48 a 21:45 minutos - 5ª gravação\)](#)

Enalteceu o Regulamento e formas de proteção sob apoio financeiro de entidades como as Repúblicas de Estudantes. Referiu, no entanto, que o reforço não deve inibir a Câmara de implementar outros mecanismos mais poderosos como o direito de preferência. Lembrou, por isso, que foi com base no mecanismo de direito de preferência que foi adquirido o Salão Brasil.

Afirmou que apesar de elogiar o apoio, este revela-se claramente insuficiente para proteger um património que não se deve perder.

Intervenção do Deputado Municipal Tiago Bolhão (PS) [\(áudio 53:27 a 42:30 minutos – 5ª gravação\)](#)

Referiu que a Moção apresentada pelo Partido Socialista tinha sido um marco pelo seu valor histórico, cultural e político. Assumiu que o regulamento constituía um passo importante para a garantia da preservação cultural histórica, política e cívica destas residências.

Deliberação nº 69/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Regulamento Municipal de Proteção de Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

13. Designação de um Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva de acompanhamento ao procedimento de elaboração da 2ª Revisão ao Plano Diretor Municipal

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Lembrou que a votação nominal estava sujeita a escrutínio secreto e divulgou o candidato proposto pela CDU e pelo Partido Socialista, João Pinto Ângelo e Victor Parola, respetivamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº70/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou designar Victor Parola como membro da Comissão Consultiva de acompanhamento ao procedimento de elaboração da 2ª Revisão ao Plano Diretor Municipal. Com o seguinte resultado apurado: 25 Votos- Victor Parola; 11 Votos – João Pinto Ângelo; 9- Votos em Branco e 1- Voto Nulo.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

14. Atas da 2ª Sessão Ordinária de 2023, de 20 de abril e 1ª Sessão Extraordinária de 2023, de 26 de julho

Deliberação nº71/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a ata da 2ª Sessão Ordinária de 2023, de 20 de abril.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Deliberação nº71/2023

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a ata da 1ª Sessão Extraordinária de 2023, de 26 de julho.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.